



FRANQUIAS EM EXPANSÃO:

SEGURANÇA JURÍDICA NO FORTALECIMENTO DO ECOSISTEMA DE FRANCHISING BRASILEIRO

Controle em franquia não é subordinação

Especialistas convidados para evento do **Correio** ressaltam que monitoramento e padronização são elementos essenciais na relação entre franqueador e franqueado

» FERNANDA STRICKLAND
» BEATRIZ VASCONCELOS*

O controle de qualidade, a padronização da produção e as exigências de marketing em redes de franquias não caracterizam, necessariamente, subordinação trabalhista. Esse foi um dos pontos debatidos no **Correio Inside**, evento realizado na semana passada pelo **Correio**, com apoio da Associação Brasileira de Franchising (ABF).

Convidada para participar do encontro, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maria Cristina Irigoyen Peduzzi ressaltou a importância de se analisar as particularidades de cada relação comercial antes de eventual reconhecimento de vínculo empregatício. A magistrada destacou que o modelo de franquias tem características próprias, previstas em legislação específica, e não deve ser confundido automaticamente com uma relação regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A posição é compartilhada por Natan Baril, diretor jurídico da ABF e também participante do **Correio Inside**. Ele considera o monitoramento e a padronização essenciais ao funcionamento das redes. Já o economista José Roberto Afonso, terceiro convidado do evento, alertou para o risco de transformar a Justiça do Trabalho em uma espécie de garantia de rentabilidade para quem investe em um negócio e não obtém o retorno esperado.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Os debatedores concordam que as características da franquia, legitimadas em leis, a diferenciam da CLT

A discussão sobre franchising ocorre em meio à análise, pelo Judiciário, de questões concernentes à pejoitização, à terceirização e à validade de contratos entre pessoas jurídicas. O debate envolve tanto a natureza da relação entre franqueador e franqueado quanto a definição de qual ramo da Justiça deve examinar eventuais alegações de fraude.

Peduzzi usou como exemplo uma rede de alimentação para ilustrar a importância de manter padrões comuns entre os estabelecimentos franqueados. “Imagina se eles resolverem cada franqueado fazer o hambúrguer do jeito que ele quer”, ponderou.

Para a ministra, os mecanismos de organização e controle inerentes

ao modelo de franquias não devem ser interpretados isoladamente como prova de uma relação de emprego. A identificação de eventual subordinação exige a análise concreta das circunstâncias em que o trabalho é prestado.

Baril argumenta que a padronização está na própria origem do sistema. “Esse grau de controle não é uma anomalia, é parte do modelo. O modelo franchising significa padrão. Sem padrão não há rede, sem monitoramento do padrão, a própria marca perde valor”, afirmou.

Segundo o diretor jurídico da ABF, a análise da relação entre as partes precisa considerar que o franqueado investe recursos próprios, organiza a operação

e assume os riscos do empreendimento. Ele resalta que a dependência econômica de uma atividade não significa, necessariamente, subordinação jurídica.

“Dependência econômica e subordinação jurídica são conceitos completamente diferentes”, defendeu o diretor jurídico da ABF. Para ele, o exame do contrato não pode desconsiderar justamente os elementos que caracterizam uma franquia. “Controle de qualidade, transferência de know-how, treinamento, padronização, proteção da marca, não são acidentes do modelo, são elementos do próprio modelo.”

Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Alerta para o seguro lucro

Durante sua participação no **Correio Inside**, o economista José Roberto Afonso distinguiu a necessidade de proteção social dos trabalhadores da tentativa de transferir ao sistema de Justiça os riscos de um empreendimento comercial. Para o especialista e professor, o país precisa discutir mecanismos de proteção para quem perde a renda sem ter um emprego formal, mas isso não deve ser confundido com a garantia de lucro para quem decide investir em uma empresa.

“Uma inovação que a gente não pode ter no Brasil é criar o seguro lucro. Nós já temos seguro-desemprego e precisamos criar o seguro de trabalho, para aquele trabalhador que não tem emprego e perde a sua renda, o seu trabalho”, afirmou.

Afonso argumentou que a situação é diferente quando uma pessoa decide investir em um negócio, assina um contrato de franquia e, depois, não obtém o retorno esperado. Na avaliação dele, o resultado negativo da atividade empresarial não transforma, por si só, a relação comercial em trabalhista.

Afonso ponderou que a proteção social deve ser discutida sem eliminar a distinção entre emprego e atividade empresarial. Em sua avaliação, a possibilidade de um empreendimento não prosperar faz parte dos riscos da concorrência e não deve ser confundida, automaticamente, com a perda de direitos trabalhistas. (FS e BV)



Para assistir à **íntegra do Correio Inside sobre franquias**, aponte o celular para o QR Code

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Brasil quer mais

A dianteira de Flávio Bolsonaro no primeiro turno por quase dois pontos de percentagem, ampliada para o dobro no último DataFolha, surpreendeu o presidente Lula, que esperava fechar a fatura sem o risco do repeteco, ao conduzir a sua campanha como um embate entre currículos — o dele, aos 81 anos este mês, nove eleições, quatro vitórias, e o de Flávio, 45 anos, sete eleições, o sobrenome como maior ativo eleitoral e nenhum projeto relevante aprovado.

Se algo já há de positivo neste processo é que a frustração de um e o salto alto do outro os fizeram passar a falar de propósitos e intenções. Problema é que ambos são passadistas nas proposições.

O que o presidente subestimou foi a transformação na sociedade — parte devido às políticas sociais que implantou; e parte pelo que o assistencialismo não contemplou, ou seja, o crescimento orgânico do investimento, gerando empregos mais qualificados que os criados nas últimas décadas, com estagnação da ascensão social.

Como Lula ouviu de um deputado jovem numa das reuniões convocadas para discutir o que deu errado e como virar a onda canalizada na direção de Bolsonaro filho, legado não garante eleição, “é preciso falar de futuro”. Ele atendeu e passou a gravar vídeos curtos tipo TikTok, quando se espera conteúdo e propostas, não nova embalagem.

O governo Lula e sua campanha se mostraram desconectados do país, apegados a versões já obsoletas de promoção social: bujão de gás de graça, isenção de IR até R\$ 5 mil (numa população em boa parte vivendo na economia informal, sem nota), bolsa para alunos ficarem na escola, mais crédito para uma massa de inadimplentes.

Essa capacidade de construção existiu em seus dois primeiros governos, tão populares que se reelegeu em 2006, apesar do escândalo do Mensalão, que ceifou parte dos construtores do PT sem substituições com inteligência política equivalente. Lula 3 foi o PT tipo Centrão, mais voltado à política miúda do que à construção do desenvolvimento, como começara antes com apoio de uma equipe multidisciplinar externa tanto na formulação quanto na negociação de consenso empresarial e parlamentar.

Lula pôde, eleito em 2022, armar um governo inovador, com equipe e projetos. Optou pelo mais do mesmo, abraçou a chamada esquerda identitária, que alijou os antigos companheiros e afastou o piso da pirâmide de renda. Agora, fustigado por um candidato divisivo pelo legado de Bolsonaro pai, parece ainda confuso.

Base social quer abundância

A base social da economia quer liberdade e apoio para empreender e não necessariamente trabalhar pela CLT. Quer menos burocracia e mais incentivo para empreender sem as tranqueiras de regulações em excesso e sem o crédito punitivo. Os estudos do Data Favela e do Instituto Locomotiva ajudam a compreender essas aspirações que as estatísticas agregadas não captam.

Mas a compreensão sobre o que reclama o topo da pirâmide social também não aparece nas primeiras diretrizes da equipe que cerca, e talvez literalmente, Flávio Bolsonaro, parte egressa do governo de seu pai. O empresariado aplaude não bem por achar que basta cortar gastos públicos para que os juros desabem e o milagre aconteça.

O apoio é pela expectativa de tirar do governo uma gestão que, se começou em 2003 prometendo crescimento e riqueza para todos, hoje se tornou QG de interesses de corporações do funcionalismo, além de lobbies empresariais agregados pelo apoio alugado do centrão.

O conceito-chave precisa cobrir todas as demandas de um tempo em que o passado não é para ser repetido e o futuro no mundo, e será aqui também, precisa ser inventado. E como se fará?

Com apoio político, suporte legal, liderança transformadora firme e engajamento da sociedade, despona a oportunidade de as instituições recuperarem o protagonismo perdido ou partilhado com outras instâncias, sobretudo nos níveis de controle. Exercido hoje a posteriori, o controle implica a criminalização da política, em paralelo à ascendência dos Poderes não eleitos. Exemplo: o STF.

É essa desorganização das ideias o que faz a política se mostrar atarantada, pondo a defesa da democracia, e não o que de fato a faz ser sólida e confiável, o principal programa de certos grupos.

Governar é organizar o futuro

Um governo inovador começa pela modernização digital da gestão pública. Integrar bases de dados, eliminar exigências repetidas e aplicar IA à gestão permite agilizar entregas, antecipar problemas e monitorar despesas, obras e serviços. Com proteção de dados, auditoria e responsáveis pelas decisões, a tecnologia dá ao Estado capacidade de agir e ao cidadão, os meios de cobrar.

Essa transformação requer gestores qualificados, formuladores de projetos e muito capital de longo prazo. O time será preparado na transição, reunindo ministérios, empresas, investidores e centros de conhecimento em torno de entregas definidas. Ao presidente cabe arbitrar impasses e cobrar execução. Cada projeto terá um titular, prazo, financiamento e resultado esperado.

O Brasil não vive a crise que levou a Argentina a resgates sem fim. Tem problemas fiscais que exigem solução própria, na mesma equação da redução dos juros e da aceleração do investimento. A meta seria elevar a taxa de investimento do patamar de 16,7% do PIB para 23% a 25% em quatro anos, com estabilidade de preços.

Rever despesas e privilégios, coordenar orçamento e gestão da dívida e baratear o capital são partes da estratégia de expansão produtiva. O país precisa de um plano de desenvolvimento que vá além das expectativas dos traders do mercado de títulos.

Prosperidade com tecnologia

A economia do elétron oferece uma direção: integrar eletricidade competitiva, inteligência digital e produção. Redes, data centers, armazenamento e automação devem ser planejados com a indústria que poderão sustentar. Os minerais devem evoluir para materiais e componentes; a energia, para produtos, conhecimento e empregos.

Neste contexto, capital paciente, nacional e estrangeiro, bancará projetos com demanda, tecnologia e condições de execução.

A modernidade precisa chegar à fábrica, à confecção, ao comércio e ao campo. Redes abertas, integrando identidade, Pix e logística, permitirão aos pequenos superar mercados maiores. Sistema S e Institutos Federais, articulados às empresas, levarão formação e IA aplicada a compras, estoques, produção e vendas. Com dívidas renegociadas e crédito viável, esses negócios poderão transformar esforço em produtividade e renda.

O governo publicará uma carteira de projetos e acompanhará o investimento realizado, a capacidade instalada e os ganhos para as famílias. Incentivos terão contrapartidas verificáveis; resultados insuficientes exigirão correção. A democracia se fortalece quando a população participa das escolhas e reconhece avanços na própria vida. Ainda que de forma difusa, é isso o que o voto reclama: um governo capaz de organizar o futuro e fazê-lo acontecer.



Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Brasília-DF, 11/10/2026

ADEMI DF discute saúde e alta performance no ambiente empresarial e estimula o autocuidado na sua diretoria

Segurança e saúde do trabalho é uma agenda estratégica no mercado imobiliário do Distrito Federal e pauta iniciativas da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF). Representante institucional das maiores empresas do segmento, a entidade estimula a parceria de suas associadas com a regional do Serviço Social da Indústria da Construção Civil, o SECONCI DF, com foco no cuidado com a saúde física e mental do trabalhador, e estendeu essa visão para os executivos das empresas.

Saúde, longevidade e alta performance foram temas discutidos em reunião de diretoria da ADEMI DF, na sede da entidade, em Brasília, com o objetivo de reforçar para empresários e profissionais da área a importância do autocuidado no dia a dia. Expostos diariamente à pressão e cobrança por resultados, esse público também requer maior conscientização em torno de hábitos que favorecem a saúde física e mental.

Para facilitar a reflexão, a diretoria da entidade recebeu executivos do Grupo O2 Fitness, rede de academias presente no DF e outras praças, que trouxeram esclarecimentos sobre os efeitos positivos da atividade física regular sobre a saúde geral das pessoas, especialmente em aspectos como disposição e concentração, essenciais para tomadores de decisão.

Durante a reunião, foram destacados os benefícios do treinamento de força e dos exercícios aeróbicos para a saúde. Os especialistas apresentaram dados e recorreram a personalidades conhecidas para demonstrar como a atividade física pode ser agregada à rotina com sucesso.

“Foi uma reflexão importante para nos lembrarmos que manter o corpo ativo traz benefícios para a saúde e, consequentemente, para a prevenção de doenças”, comenta Celestino Fraccon Júnior, presidente da ADEMI DF. “Isso favorece o nosso desempenho profissional”, acrescentou.



Minervino Júnior/CB/D.A Press. Brasil. Brasília - DF.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guará – Brasília/DF – Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | [@ademidf](https://www.instagram.com/ademidf)